

DEFENDE GRAÇA MACHEL

Banir práticas sociais prejudiciais à rapariga

A PRESIDENTE da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Graça Machel, defendeu há dias, em Maputo, o banimento de todas as práticas sociais que prejudicam o desenvolvimento da rapariga, dentre elas as uniões forçadas e prematuras.

Graça Machel falava numa conferência nacional virtual organizada pela sua organização sob o tema “Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras”.

Para esta activista social, mesmo as ditas práticas consagradas e seculares, quando forem prejudiciais à criança, mulher, rapariga e à sociedade no geral, devem ser questionadas. No seu entender, Moçambique não deve continuar entre os dez países do mundo com os índices mais altos de uniões forçadas e prematuras.

“Creio que devíamos fazer um grande compromisso de que vamos retirar o nosso país desta ingloria lista”, salientou Graça Machel, reconhecendo que esta não é tarefa fácil.

Mesmo assim, Graça Machel exorta os intervenientes nesta matéria a assumirem um compromisso consciente, o que passa por ter clareza do universo de raparigas que se pretende resgatar das uniões prematuras, integrá-las nas suas famílias e empoderá-las.

Dirigindo-se aos representantes do Governo, parlamentares, parceiros de cooperação e de organizações da sociedade civil que participavam no encontro, disse que, ainda que o país



Graça Machel defende mudança de consciência da sociedade sobre o papel da mulher

tenha registado alguns avanços, cada um deve ter consciência de tirar pelo menos metade dos seis milhões de adolescentes das uniões forçadas e prematuras.

“Se cada uma das organizações ou instituições já está a trabalhar com 30, 50 ou 100 raparigas, é preciso ter consciência de que o trabalho que ainda tem pela frente é muito maior”, explicou, acrescentando que este exercício vai exigir um plano muito claro e concreto do que se pretende atingir nos próximos três anos.

Graça Machel chamou atenção às organizações e todas as pessoas envolvidas na luta contra uniões forçadas e prematuras para que tenham em mente que o sucesso deste trabalho passa pela mudança de consciência da sociedade sobre o papel da mulher.

Explicou que, para este

tipo de desafios, os resultados não são rápidos, pois trata-se de um exercício que leva seu tempo. Lembrou que os poucos resultados que já são visíveis resultam das sementes lançadas aquando da preparação até à aprovação da lei.

A activista social indicou, como primeiro passo para o alcance de resultados concretos, o conhecimento do universo de raparigas em situação de uniões forçadas e prematuras, assim como a organização das instituições que actuam nesta área.

“Aqui temos de falar em números porque dizer que resgatamos muitas ou poucas raparigas não vai funcionar”, salientou.

Em relação à disseminação de informação sobre a prevenção deste mal, Graça Machel propõe a criação de um plano de formação dos administradores da justiça,

não apenas para dominarem a lei, mas também para compreenderem como é que devem aplicar este instrumento, de acordo com o contexto e a diversidade do país.

Propõe ainda uma campanha de comunicação que vai envolver as rádios comunitárias e outros meios de informação, incluindo artistas, que irão comunicar-se em línguas locais.

Também sugeriu a tradução da lei em pelo menos cinco línguas nacionais, nomeadamente emakhuwa, echuwabu, cindau, cisena e xichangana, as mais faladas do país.

A identificação e harmonização das mensagens-chave é outro elemento importante avançado por Graça Machel, acreditando que isso vai garantir que não haja deturpação na comunicação.

Casos nos tribunais longe da realidade



Para Carlos Mondlane, a lei deve ser cumprida sem tréguas

CARLOS Mondlane, presidente da Associação dos Juizes de Moçambique, defendeu no encontro a necessidade de se cumprir a lei sem tréguas porque, olhando para os processos que dão entrada nos tribunais sobre uniões prematuras, pode-se concluir que ainda não existe cultura de denúncia.

“Infelizmente, os tribunais em todo o país recebem menos de 100 processos, quando as uniões forçadas e prematuras ultrapassam milhares anualmente”, dis-

se Mondlane, indicando que esta situação se deve a vários factores, a começar pela fraca divulgação da própria lei.

Carlos Mondlane explicou que o desconhecimento deste instrumento vai piorando à medida que se desce para os distritos.

Contudo, o juiz reconhece que o trabalho feito pela comunicação social e outras plataformas começa a dar resultados, pois as comunidades tendem a ganhar consciência de que não se pode casar uma criança.

Para o juiz Mondlane, apesar destes constrangimentos, Moçambique está de parabéns, primeiro porque tem uma Constituição que estabelece um princípio do superior interesse da criança, mostrando assim que é preocupação do Estado, da comunidade e da família garantir a protecção da rapariga.

Lembrou ainda que o Governo assinou todos os instrumentos regionais, continentais e internacionais para garantir que os

direitos das crianças sejam cumpridos.

“Finalmente, aprovámos em 2019 a Lei de Protecção e Combate às Uniões Forçadas e Prematuras, embora eu tenha um reparo porque acho que não tem de ser uma lei contra as uniões prematuras. O que precisamos é uma lei contra as uniões conjugais prematuras”, disse Mondlane, salientando que a designação de uma lei tem relevância para quem a usa, até para a sua disseminação.

Num outro desenvolvimento, Carlos Mondlane explicou que as pessoas recorrem a usos e costumes, por vezes até a questões religiosas, para continuarem a perpetrar uniões forçadas.

“Queremos que o Estado sancione exemplarmente todos aqueles que se envolvem sexualmente com menores porque a lei está acima de qualquer costume”, acrescentou.

Explicou que, constitucionalmente, o costume é válido quando não contém práticas nocivas à sociedade, mas para o caso concreto das uniões forçadas ferem os direitos da rapariga.